

O turismo comunitário no nordeste brasileiro

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano¹

Resumo: O turismo comunitário, em meio à mundialização e ao turismo globalizado ou convencional encontrado em comunidades do Brasil, apresenta-se como um novo eixo do turismo, sobretudo, em países periféricos. Programado para responder às crises da acumulação capitalista, tendo o Estado e o mercado como promotores principais, aos poucos, o turismo levou comunidades periféricas a descobrirem formas diferenciadas de inserção econômica e social. O turismo chegou assim, aos trabalhadores, que reivindicam emprego e oportunidade de viagens, que se inserem desenvolvendo arranjos produtivos de base comunitária e roteiros turísticos alternativos, por focar modos de vida locais. No Brasil, especialmente no Nordeste, encontram-se ricas experiências de trabalho e de negócios turísticos voltadas para a geração de oportunidades para lugares periféricos, distribuindo melhor os resultados do trabalho social e fazendo valer os valores comunitários. As contradições e os conflitos do turismo fizeram surgir o turismo comunitário, com arranjos produtivos que valorizam a identidade cultural, a conservação ambiental dos lugares visitados, com indícios de mudança que sinalizam para uma nova sociedade.

Palavras-Chave: Turismo comunitário, Nordeste brasileiro, litoral, resorts, apropriação de espaços, atores sociais.

O turismo e a preferência pelo litoral

A revalorização do litoral nordestino brasileiro para o lazer e o turismo, pela reestruturação capitalista ampliou a disputa desse espaço para novos usos, e fez dele a principal mercadoria imobiliária. Ocorreu transformação da costa nordestina, segregando e expropriando populações ditas nativas ou tradicionais em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística que se apropria dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos. O turismo foi instalado nessas localidades, constituindo núcleos receptivos de turismo para onde seguem fluxos turísticos das agências de viagens, conduzidos por guias de turismo.

¹ Universidade Estadual do Ceará. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

No Nordeste, especialmente no Ceará, este fato ocorreu de forma arbitrária e centralizada sob comando dos interesses externos. Por exemplo, em Jericoacoara e em Canoa Quebrada, Ceará, os territórios turísticos de maior expressão, voltados às demandas internacionais foram alvo de massiva presença de empreendedores estrangeiros, tanto turistas como empresários vendedores de serviços dominando ou fazendo submergir o mercado turístico local. As duas comunidades pesqueiras além de serem expropriadas de suas terras, seus espaços foram descaracterizados pela construção de novos empreendimentos, de enormes projetos turísticos. Estes megaprojetos dirigem a atual estruturação territorial ocupando grandes porções do solo dessas vilas. Instrumentos jurídicos estão nas mãos de proprietários estrangeiros, tendo estes, grandes facilidades jurídicas para adquirir imóveis que se destinam a construções de hotéis, condomínios privados, restaurantes, discotecas, bares, centros comerciais, centros de convenções, flats sendo que muitos deles situam-se em zonas de construções proibidas do litoral. O Brasil está se consolidando como novo mercado para o turismo dito residencial ou imobiliário, que tem os ingleses como principais compradores mundiais, donos de imóveis fora da Inglaterra. As aquisições dos europeus de propriedades para segunda residência em terras estrangeiras crescem anualmente, o que significa novos imóveis e vendas que desperta o interesse do mercado imobiliário internacional, e exige assim, estudos e pesquisas, pois expropria brasileiros, parecendo para muitos outra forma de colonizar.

Os governos, geralmente, posicionam-se a favor desses empreendimentos hoteleiros transnacionais e facilitam o que for necessário para garantir a atração do capital estrangeiro, assegurando infra-estrutura básica de serviços urbanos relacionado a transportes, comunicações, abastecimento de água potável, pavimentação, esgotos, etc. Partem do suposto que tais empreendimentos são propulsores de desenvolvimento. Contraditoriamente se dá um processo de descaracterização de comunidades pesqueiras para alocação da infra-estrutura para o turismo, a exemplo do que ocorreu em outros núcleos nordestinos voltados ao turismo internacional, tais como a Praia do Porto de Galinhas, em Pernambuco; a Praia de Pipa, no Rio Grande do Norte; Troncoso, Arraial D’Juda, Grarajuba, Itacaré, Porto Seguro, Praia do Forte, na Bahia; e Maragogi em Alagoas.

A hospedagem e a apropriação de espaços

De todas as atividades do turismo a hospedagem é a mais impactante por exigir apropriação de espaços, ou seja, produzir territórios, e por ser em torno dela que gravitam os demais serviços. A oferta de hospedagem não significa apenas dispor de espaços para dormir, mas, para brincar e consumir uma infinidade de bens e serviços que o turista necessita ao sair de casa, mas, sobretudo objetos induzidos pelo mercado, transformando assim os hotéis em mini centros comerciais. O poder simbólico do turismo segundo Bourdier (2000) ajuda a construir os sonhos dos turistas, pois funciona sorrateiramente tornando cúmplices aqueles que a ele se submetem.

Os *resorts* são enormes complexos hoteleiros, verdadeiras obras arquitetônicas que utilizam muitos espaços, pois entendem a hospedagem no sentido pleno, formas de proporcionar prazer ao hóspede. Multiplicaram-se assim os espaços especializados para as mais diversas situações, surgindo os campos de *golf*, salões de beleza, *spas*, salões de tênis, jogos, boates, ginásios, centros de convenções, cinemas, lojas, ou seja, uma variedade de ambientes, de serviços e bens. Despontam formas sofisticadas de hospedagens tais como *condohotéis* que oferecem condomínios em tempo compartilhado, *flats*, administrados pelas próprias cadeias hoteleiras, condomínios privados e residências particulares de turistas. Estas organizações apresentam dificuldades na forma de computar dados estatísticos do setor, pois não entram na categoria hóspede, já que os donos têm direito ao livre uso da propriedade por alguns anos, e desse modo adquirem em aparência uma categoria diferente de turista. E assim há imigrantes que se passam por turistas, e vice-verso, tornando-se difícil saber o que são e o que fazem no país. Estes espaços estão voltados ao turista convencional, que tem condições de consumir lazer e que gostam do distanciamento da população residente.

No Brasil, o turismo cresce e se consolida como atividade geradora de riqueza, tornando-se importante produto de exportação. No Nordeste brasileiro, em especial no Ceará (estado emergente para o turismo nacional), o turismo ocupa o quarto lugar entre os produtos de exportação². No entanto, quanto mais se torna estratégia de desenvolvimento econômico, mais sua imagem é reduzida à dimensão mercadológica. O empobrecimento de significados

² O primeiro item de exportação é o calçado, o segundo os produtos têxteis e o terceiro a castanha de caju. Depois do turismo são produtos de exportação: couros e peles, camarão, lagosta, frutas tropicais, confecções, ceras vegetais e ferro.

para o setor pode ser percebido nos programas governamentais, nas práticas do chamado *trade* turístico, nos comportamentos dos empresários da cadeia produtiva. As conseqüências desse reducionismo são desastrosas para a atividade turística, que na esfera pública, é considerado um grande “negócio” reduzindo políticas públicas em meras ações de marketing, para venda de destinos turísticos. No espaço privado, a cadeia produtiva do turismo é estruturada nas mesmas bases das economias dos setores primário e secundário. Dessa forma, os projetos públicos e privados para o setor turístico constroem-se pelos modelos mentais e bases semânticas da economicidade que transforma terras, lugares, viagens, sonhos, imagens em mercadorias. Os discursos políticos, jurídicos e econômicos são justificados por este mesmo modo de pensar no que se refere às questões de sustentabilidade ambiental, marcados pela vagueza, ambigüidade, omissão. Mostram assim, incapacidade na solução dos problemas socioambientais e quanto ao estabelecimento de normas e institucionalização efetiva dos serviços turísticos.

Os países pobres são levados a acreditar no turismo como atividade indutora do desenvolvimento, o que não acontece; pois se sabe que o chamado desenvolvimento econômico tem bases em atividades produtivas sólidas, com grande respaldo na industrialização. E que primeiro o lugar precisa crescer e se desenvolver para poder o turismo se estabelecer com sucesso. Ainda mais que a história do turismo nas comunidades litorâneas tem revelado o abuso do poder econômico no processo de especulação de terras para o lazer, sendo a problemática da expropriação de terras um dos fatores de exploração econômica da renda da terra e da força de trabalho, tendo desencadeado o processo de organização do turismo comunitário como atividade de defesa e de reação ao turismo invasor de comunidades. O turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo dos *resorts* e dos mega-empresendimentos e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades. Algumas comunidades litorâneas maltratadas pelo processo de especulação imobiliária, em nome do turismo, criaram um novo eixo do turismo - o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades.

O turismo comunitário: um novo eixo

No Brasil, muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo Comunitário destacando-se entre estes sujeitos sociais algumas movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONG's, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento. Como exemplos temos Pedras Negras no Vale do Guaporé (em Rondônia), Mamirauá e Silves no Amazonas, Ilha de Cotijuba, em Belém, Diogo Lopes, no Rio Grande do Norte, e as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Curral Velho, Prainha do Canto Verde, no Ceará. Sampaio (2005) destaca o Projeto Acolhida na Colônia com sede no município de Santa Rosa de Lima (SC), o Projeto de Turismo Comunitário (no âmbito da Agenda 21) da Comunidade Lagoa de Ibiraquera nos municípios de Imbituba e Garopaba - SC, e o Projeto Zona do Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Micro-bacia do Rio Sagrado, município de Morretes, Paraná.

Se os grandes hotéis e os *resorts* simbolizam a acumulação e concentração de capital no setor turístico, as pousadas ou os pequenos hotéis podem simbolizar novas imagens de um turismo menos concentrador e mais solidário, menos pasteurizado e mais atento à diversidade cultural. O turismo não somente mapeia territórios, mas cria territorialidades, pois define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então "invisíveis". Além de construir espaços simbólicos, a atividade turística tece rede extensa de pequenos negócios que, por sua vez, cria sociabilidades as mais diversas. Assim, seguem *pari passo* os dois eixos do turismo: o globalizado e o de base comunitária, que em efervescência se contrapõem e se complementam, e este segmento, muitos governos não conseguem apreender.

Muitos acreditam que a atividade foi introduzida nas comunidades como alternativa de geração de emprego e renda para residentes, pois foi tornada como verdade a idéia de que o turismo se configura como uma grande oportunidade de empregos para as populações locais. Ocorre nos países periféricos, intensa competição entre regiões e lugares para que sejam receptores de grandes projetos e empreendimentos turísticos. Daí por que aquelas comunidades que não estão inseridas nos roteiros do turismo convencional lutam para

incluir-se e atrair visitantes que comprem seus produtos, provem a comida típica local, adquiram artigos artesanais, usem a hospedagem e usufruam da natureza ou paisagem com as trilhas para passeios e deleite das paisagens. Surgiram assim os arranjos produtivos de base comunitária, que fogem ao modelo dos arranjos produtivos locais, pois são totalmente desvinculados de normas e formalidades e não se enquadram nos conceitos já institucionalizados de APLs.

As bases da ideologia do turismo são divulgadas assegurando que esta atividade econômica além de gerar emprego e renda e de promover o desenvolvimento, é capaz de promover um desenvolvimento ecologicamente sustentável, por não poluir o meio ambiente como a atividade industrial e nem degradar a natureza como faz a agricultura. Estes fortes argumentos sustentam a ideologia do turismo e convence comunidades a desenvolver atividades turísticas muitas vezes abandonando as anteriores, sobretudo as tradicionais básicas e mais sustentáveis, o que tem criado sérios problemas socioambientais. Neste impasse, pescadores transformam-se em garçons, jardineiros, vigilantes; rendeiras em camareiras, garçonetes, renegando as atividades tradicionais mais duras, mas como estas atividades são sazonais criam dificuldades. Assim o turismo, nas comunidades tem sido uma atividade ariscada, desagregadora às vezes das atividades tradicionais e nem sempre seus resultados são satisfatórios, o que levou CAZES (1999, p. 80) afirmar que:

Um cálculo minucioso das contas exteriores do turismo, levando em consideração o conjunto das entradas e das saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz o mais freqüentemente, a confirmar o pensamento pessimista de François Ascher: não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável.

Como o turismo globalizado voltado para os mega-empresendimentos chegou aos países ditos em desenvolvimento sem levar em consideração as ocupações anteriores, não ofereceu oportunidades e vantagens às comunidades litorâneas, pois não as incluiu em seus projetos, criou em algumas delas, reação negativa ao turismo dito global, que passou a ser visto como ameaça a seu modo de vida. Assim, muitas comunidades, especialmente no Nordeste e Norte do Brasil, as regiões mais injustiçadas socialmente, inventaram uma forma diferente de organizar a atividade, o turismo comunitário em defesa das populações litorâneas e ribeirinhas. Programaram o turismo de base local, que se volta para a oferta de serviços, passeios, entretenimentos associados aos valores dos residentes, priorizando o rústico e não o luxo. Associado as atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, priorizando

valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados. E, sobretudo, com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo. Um turismo que não seja apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural.

O que é o turismo comunitário?

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, sejam de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-la submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica se este pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria. Sendo este novo proprietário médico, professor, engenheiro ou profissão qualquer, que desejem ali instalar-se para veraneio, questionam se ele se identifica com os objetivos da comunidade, convencem o novo morador que sem isso não teria sentido sua presença naquele lugar. Alguns desistem de comprar, mas os que compram se empolgam, se comprometem e ajudam a comunidade a crescer. Atender doentes por três horas nos finais de semana em uma comunidade passa a ser prazeroso. Ensinar plantar corretamente, ou selecionar sementes para plantio, participar de campanhas educacionais, de mutirões são formas de colaboração comunitárias, vistas como bom passatempo, como gestos solidários necessários. Algumas comunidades possuem essas normas escritas nos Estatutos das Associações de Moradores, outras não, pois quando as imobiliárias chegam com escrituras de cartórios dizendo que são donos das terras, estas escrituras são falsas, o que leva a desacreditar na validade de documentos que são adquiridos por métodos escusos.

Ponto crucial resultante do avanço do turismo no litoral foi a decadência e o desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais como a pesca, a renda, o labirinto pela substituição de atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, da agricultura de subsistência, do

artesanato acabam abandonando estes trabalhos tradicionais, pela concorrência promovida pela pesca industrial, e pela perda das terras com aquisição de terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima. Essa arbitrariedade foi realizada por atividades imobiliárias especulativas, ligadas ao lazer e turismo, ou seja, para alocação de empreendimentos hoteleiros, *resorts*, parques aquáticos, restaurantes, lojas, dentro outros empreendimentos. Ocorreu assim uma desestruturação de economias locais, aliada ao processo de mudança no uso e ocupação das orlas marítimas, os espaços à beira-mar, no Nordeste.

No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos. Realizam, assim, projetos que garantem melhoria das condições de vida local, além de prepararam condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna. Diferente da forma que há quase três décadas vem ocorrendo no Nordeste, com o crescimento do turismo dito global, que explora a força de trabalho de homens e mulheres remunerando mal, e com jornadas de trabalho pesadas, para atender turistas que brincam, passeiam, comem e bebem sem se preocupar com hora, pois turista viaja exatamente para brincar, e precisa ter suas necessidades atendidas.

No turismo globalizado, os residentes envolvidos com a atividade nem sempre melhoram suas condições de trabalho, continuam residindo em áreas desestruturadas com condições precárias em suas residências e na própria comunidade. Muitos trabalham exaustivamente, inclusive jovens e crianças, havendo também casos de alguns serem explorados sexualmente. É assim que o turismo acontece na periferia do capitalismo, com os crescentes níveis de exploração humana e de segregação espacial. Castells (1999, p. 182) mostra em relação ao turismo internacional, que essa exploração atinge muitas vezes, às próprias crianças, ao dizer que:

a globalização das atividades econômicas oferece oportunidade de ganhos substanciais ao se empregarem crianças, obtidos a partir das diferenças entre o custo da mão de obra infantil nos países em desenvolvimento e o preço dos bens e serviços cobrados nos mercados mais abastados. Esse é, claramente, o caso do setor

de turismo internacional. Os serviços de luxo dos quais os turistas de uma renda média podem usufruir em muitos “paraísos tropicais” dependem, em grande medida, da superexploração da mão de obra local, inclusive de um número significativo de crianças.

Em muitos núcleos receptores de turismo convencional as crianças vendem suvenires, atuam como guias, trabalham em restaurantes. Basta visitar o Pelourinho em Salvador, Olinda em Pernambuco, e as praias do Ceará para constatar tais arbitrariedades. No turismo comunitário, o interesse volta-se para o trabalho dos adultos para melhorar a renda das famílias, e as crianças são preservadas da antecipação do trabalho. As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação de pessoas das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária das terras litorâneas, muitas de marinha, pela garantia da posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas. Busca a regulamentação de unidades de conservação, assim como organizar comitês para cuidar da gestão ambiental de seus espaços, com planos de manejos e de conservação compatíveis com o turismo.

As referências de turismo comunitário

A comunidade de Canto Verde, no Ceará, situada a 126 km de Fortaleza, capital do estado, uma típica colônia de pescadores artesanais serve de referência ao turismo comunitário, e lidera uma conjunto0 de comunidades. Ali uma população de 1.100 pessoas vive do mar e dele depende. Destaca-se pela pesca da lagosta, embora pesquem outras espécies. Ajudada pela ONG – TERRAMAR - lidera a rede de destinos de turismo comunitário no Ceará, em articulação com outras redes, latino-americanas, africanas, européias e integra a Rede de Destinos Comunitários no Brasil. As comunidades experimentam, assim, formas novas de produção de serviços turísticos, sem padronização, com bastante criatividade, compromisso e solidariedade O turismo comunitário é um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar.

Assim, ao lado do turismo global caminha a passos largos o turismo de base comunitária, destacando-se no Nordeste e no Norte do país, especialmente no Ceará, que apresenta a especificidade de ser realizado de forma solidária, mostrando indícios de outro turismo. Maldonado (1993, p. 34), em estudos sobre núcleos pesqueiros, ressalta que a noção de lugar é fundamental na análise de comunidades, pois revela a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como do espaço social “conferindo essência, significado e transcendência, pois é localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem”. Acrescente-se que, é localmente, que se percebe, no empírico, as contradições do mundo, lembrava Santos (2005, p.161) dizendo “hoje, certamente mais importante do que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”. As comunidades se preocupam com este debate para a compreensão e formação dessa consciência, além do mais recebem acompanhamento sistemático de colaboradores vinculados à ONGs, igrejas, universidades, para suporte tecnológico, jurídico, teórico-ideológico.

As contradições da sociedade de consumo, contudo, são reproduzidas nas comunidades, visto que o capitalismo se reproduz em cadeia e em várias escalas. Embora as comunidades lutem pela solidariedade e cooperação entre seus membros, muitas vezes o realce à solidariedade, coesão e existência de interesses comuns, desconhecendo esta realidade, tende a conduzir a ação social a ser promovida à reprodução da ordem social. Ao se buscar compreender comunidade é fundamental considerar as relações e correlações em que estão inseridas, pois:

Elas não são realidades autônomas que possam se traduzir em elementos distintos da própria sociedade na qual se situam. A sociedade, no entanto, se expressa em situações sociais diversas, algumas das quais assumem características específicas. A comunidade é uma dessas situações. Nesse sentido, a compreensão da sua realidade supõe a compreensão da realidade global. Por sua vez, também as suas particularidades próprias atuam sobre essa realidade (SOUZA, 2004, p.64).

As comunidades tradicionais diferenciam seus territórios urbanos, apresentando descontinuidades na ocupação, e usos temporários de espaços conforme explica Diegues (2002, p.85) afirmando que:

O território das sociedades tradicionais, distinto das sociedades urbanas industriais, é *descontínuo*, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das “unidades de conservação” porque “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

Assim, a realidade relativa à produção e consumo nas comunidades receptoras de turismo explicita também a natureza contraditória desta atividade que por se tratar de capitalismo, inerente à sua essência está à contradição como fato marcante desse modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos em uma mesma dinâmica. Martins (1999, p.29) diz que “a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra”. Na medida em que os mercados vão se ampliando, agudizam-se as contradições imanentes à produção do espaço que é transformado em recurso especialmente para o turismo, pois o lugar e mesmo as pessoas exóticas são transformadas em atrativo turístico. O turismo ao se alocar nas comunidades litorâneas implantando seus empreendimentos desencadeia embates quando se acirram conflitos entre os residentes e os novos promotores da produção espacial que desencadeiam formas de especulação imobiliária a fim de implantarem seus hotéis ou *resorts* nacionais ou de redes internacionais. Quando a lógica empresarial entra em confronto com a lógica das comunidades, cada um defendendo seus interesses, quase sempre leva vantagens o mais forte que têm maior capacidade de persuasão.

A expansão capitalista impõe-se, no dizer de Santos (1996), com a chamada “inclusão perversa”, mostrando formas diferenciadas de inclusão no trabalho e na sociedade. Assim pescadores, operários, camponeses, nativos servem de mão-de-obra temporária e barata, incluídos na forma explorada do trabalho pelo turismo, pois esta atividade remunera mal os prestadores de serviços. As comunidades pesqueiras tornam-se parte desse processo e acabam por serem transformadas em núcleos receptores do turismo. Quanto mais exótico o lugar, mais atrativo para a alocação de resorts e para o *marketing* turístico. O turismo é uma atividade que implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização de paisagens e de negócios e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização espacial, alocando-se em comunidades. Assim, materializa-se nos lugares, fora deles é pura abstração.

Princípios do turismo comunitário

O desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento tais como o princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades

sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade; princípio da participação: requer haver envolvimento profundo da população residente no processo de construção de um processo que assim pode ser considerado como um desenvolvimento; princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setor público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário; princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio espaciais podem sofrer discontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos; princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos) alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo 1999: 80). A filosofia do trabalho comunitário mostra que não há grandes mistérios quanto ao que se quer como comunidade e sociedade:

Apenas a segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo. Mas, estes objetivos passam por um valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana (Dowbor: 1998, p. 9).

As comunidades lutando pelo desenvolvimento comunitário não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARMO, Hermano. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999
- CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. “A era da informação: economia, sociedade e cultura”. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CAZES, Georges. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ªed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social**. Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Da Globalização ao Póde Local: a nova hierarquia dos Espaços. In: FREITAS, Marcos Cézar. **A reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez, 1996.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2a. ed. São Paulo: Annablume, 1993.

MARTINS, Sérgio. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O Espaço no fim do Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edito da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8a. ed. São Paulo: Cortez, 2004.